

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	60
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	64
--	----

Motivos de Reapresentação	65
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.942
Preferenciais	0
Total	11.942
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	64.958	51.589
1.01	Ativo Circulante	36.295	22.872
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	82	62
1.01.03	Contas a Receber	6.621	560
1.01.03.01	Clientes	6.590	550
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	31	10
1.01.04	Estoques	18.530	9.214
1.01.06	Tributos a Recuperar	198	198
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	198	198
1.01.07	Despesas Antecipadas	683	533
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.181	12.305
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	10.181	12.305
1.01.08.01.01	Alienação de Bens do Imobilizado	2.231	2.273
1.01.08.01.02	Adiantamentos	7.950	10.032
1.02	Ativo Não Circulante	28.663	28.717
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.382	5.289
1.02.01.03	Contas a Receber	58	58
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	58	58
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.279	1.336
1.02.01.07.01	Despesas de Exercícios seguintes	1.279	1.336
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.045	3.895
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	376	373
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	1.869	1.722
1.02.01.09.05	Alienação de bens do Imobilizado	1.800	1.800
1.02.02	Investimentos	17.593	17.584
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1	1
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	17.592	17.583
1.02.03	Imobilizado	5.644	5.799
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.644	5.799
1.02.04	Intangível	44	45
1.02.04.01	Intangíveis	44	45

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	64.958	51.589
2.01	Passivo Circulante	62.724	49.966
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.968	1.830
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.968	1.830
2.01.02	Fornecedores	20.547	15.128
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.547	15.128
2.01.03	Obrigações Fiscais	891	549
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	836	510
2.01.03.01.02	Contribuição Social Rural	269	26
2.01.03.01.03	Cofins de Terceiros	2	3
2.01.03.01.04	Pis de Terceiros	1	1
2.01.03.01.05	IRRF	90	70
2.01.03.01.06	CSLL de Terceiros	1	1
2.01.03.01.07	COFINS a pagar	236	236
2.01.03.01.08	PIS a pagar	38	38
2.01.03.01.20	Outros	199	135
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	11	1
2.01.03.02.01	ICMS	11	1
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	44	38
2.01.03.03.01	ISS	44	38
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	10.764	4.754
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	10.764	4.754
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	10.764	4.754
2.01.05	Outras Obrigações	27.554	27.705
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.466	23.565
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	23.466	23.565
2.01.05.02	Outros	4.088	4.140
2.01.05.02.04	Parcelamento de Impostos e Encargos	1.702	1.895
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	2.256	2.188
2.01.05.02.06	Adiantamento de Clientes	130	57
2.02	Passivo Não Circulante	44.326	43.304
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	16.455	15.920
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	16.455	15.920
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	16.455	15.920
2.02.02	Outras Obrigações	15.130	15.255
2.02.02.02	Outros	15.130	15.255
2.02.02.02.03	Financiamentos Securitizados	11.494	11.597
2.02.02.02.04	Parcelamento de Impostos e Encargos	3.636	3.658
2.02.03	Tributos Diferidos	3.487	3.489
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.487	3.489
2.02.04	Provisões	9.254	8.640
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.254	8.640
2.02.04.01.05	Provisões para contingencias	1.050	986
2.02.04.01.06	Provisões para perdas em investimentos	595	45
2.02.04.01.07	Provisões Preço mínimo de ações	3.152	3.152
2.02.04.01.08	Outras Provisões	4.457	4.457

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03	Patrimônio Líquido	-42.092	-41.681
2.03.01	Capital Social Realizado	142.652	142.652
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.509	6.507
2.03.04	Reservas de Lucros	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-191.288	-190.875

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	14.155	9.480
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.797	-8.424
3.03	Resultado Bruto	3.358	1.056
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.612	-1.975
3.04.01	Despesas com Vendas	-448	-328
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-448	-328
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.571	-1.236
3.04.02.01	Despesas Gerais	-1.215	-1.038
3.04.02.02	Despesas Extraordinarias	-356	-198
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	234
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	0	234
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-44	0
3.04.05.01	Outras Despesas	-44	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-549	-645
3.04.06.01	Resultado de Equivalencia Patrimonial	-549	-645
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	746	-919
3.06	Resultado Financeiro	-1.158	-1.518
3.06.01	Receitas Financeiras	1.179	1.043
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.337	-2.561
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-412	-2.437
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2	2
3.08.02	Diferido	2	2
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-410	-2.435
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-410	-2.435
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,03430	0,38870

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-410	-2.435
4.03	Resultado Abrangente do Período	-410	-2.435

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.390	-3.615
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	316	-1.576
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-410	-2.435
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	169	211
6.01.01.03	Baixa de Bens do Ativo Permanente	8	3
6.01.01.04	Equivalencia Patrimonial	549	645
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.706	-2.039
6.01.02.02	Aumento em Clientes	-6.038	-2.240
6.01.02.03	Redução nos Estoques	-9.316	-6.239
6.01.02.04	Redução nos Adiantamentos Ativos	2.082	1.078
6.01.02.05	Aumento Tributos a Recuperar	-147	1.546
6.01.02.06	Aumento Direitos Realizáveis	21	-44
6.01.02.07	Redução nas Despesas Antecipadas	-93	149
6.01.02.08	Aumento em Fornecedores	5.419	6.680
6.01.02.09	Aumento Outras contas pagar e provisões	1.371	-2.951
6.01.02.10	Redução em Depósitos Judiciais	-3	-16
6.01.02.11	Redução em Tributos Diferidos	-2	-2
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32	-39
6.02.01	Aplicação no Imobilizado	-23	-39
6.02.02	Aplicação em Investimentos	-9	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.442	3.627
6.03.01	Aumento Empréstimos e Financiamentos	6.442	3.627
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	20	-27
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	62	100
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	82	73

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.478	-39	0	-18.329	0	-8.890
5.04.01	Aumentos de Capital	9.478	0	0	0	0	9.478
5.04.08	Realização de reserva de reavaliação	0	-39	0	39	0	0
5.04.09	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-18.368	0	-18.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-410	0	-410
5.06.04	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-410	0	-410
5.07	Saldos Finais	142.652	6.507	35	-191.285	0	-42.091

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	133.173	6.546	35	-137.687	0	2.067
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.173	6.546	35	-137.687	0	2.067
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.535	0	-3.535
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.535	0	-3.535
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4	0	-4	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	4	0	-4	0	0
5.07	Saldos Finais	133.173	6.550	35	-141.226	0	-1.468

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	14.552	10.090
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.596	9.856
7.01.02	Outras Receitas	-44	234
7.01.02.02	Resultado nao operacional	-44	234
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.750	-3.168
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.506	-2.134
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.223	-955
7.02.04	Outros	-21	-79
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.802	6.922
7.04	Retenções	-169	-211
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-169	-211
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.633	6.711
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	630	-123
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-549	-645
7.06.02	Receitas Financeiras	1.179	522
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.263	6.588
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.263	6.588
7.08.01	Pessoal	6.498	6.192
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.048	4.690
7.08.01.02	Benefícios	750	814
7.08.01.03	F.G.T.S.	384	372
7.08.01.04	Outros	316	316
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	574	347
7.08.02.01	Federais	446	306
7.08.02.02	Estaduais	10	25
7.08.02.03	Municipais	118	16
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.601	2.484
7.08.03.01	Juros	2.601	2.484
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-410	-2.435
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-410	-2.435

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	104.737	92.735
1.01	Ativo Circulante	37.525	24.699
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	95	65
1.01.02	Aplicações Financeiras	300	300
1.01.03	Contas a Receber	6.638	720
1.01.03.01	Clientes	6.638	720
1.01.04	Estoques	18.618	9.876
1.01.06	Tributos a Recuperar	473	376
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	473	376
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.107	988
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.294	12.374
1.01.08.03	Outros	10.294	12.374
1.01.08.03.01	Alienação de Bens do Ativo Imobilizado	2.231	2.273
1.01.08.03.02	Adiantamentos	8.031	10.091
1.01.08.03.03	Outras contas a receber	32	10
1.02	Ativo Não Circulante	67.212	68.036
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.979	12.964
1.02.01.03	Contas a Receber	269	269
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	269	269
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3.916	4.077
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.794	8.618
1.02.01.09.03	Alienação de Bens do Imobilizado	4.238	4.238
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	1.361	1.303
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	3.195	3.077
1.02.02	Investimentos	17.592	17.583
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	17.592	17.583
1.02.03	Imobilizado	36.381	37.226
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	36.381	37.226
1.02.04	Intangível	260	263
1.02.04.01	Intangíveis	260	263

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	104.737	92.735
2.01	Passivo Circulante	34.661	22.414
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.999	1.855
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.999	1.855
2.01.02	Fornecedores	10.020	5.538
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.020	5.538
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.247	1.909
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.993	1.848
2.01.03.01.02	Contribuição Social Rural	1.199	1.790
2.01.03.01.03	Cofins de Terceiros	2	1
2.01.03.01.04	Pis de Terceiros	1	1
2.01.03.01.05	CSLL de Terceiros	1	4
2.01.03.01.06	IRRF	90	52
2.01.03.01.07	PIS a Pagar	98	0
2.01.03.01.08	COFINS a pagar	602	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	210	3
2.01.03.02.01	ICMS	11	3
2.01.03.02.02	Outros	199	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	44	58
2.01.03.03.01	ISS	44	58
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	11.750	6.068
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	11.750	6.068
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	11.750	6.068
2.01.05	Outras Obrigações	7.645	7.044
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.083	2.473
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.083	2.473
2.01.05.02	Outros	4.562	4.571
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	222	140
2.01.05.02.05	Parcelamento de Impostos e Encargos	1.853	2.039
2.01.05.02.06	Outras obrigações	2.487	2.392
2.02	Passivo Não Circulante	112.168	112.002
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	53.894	52.701
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	53.894	52.701
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	53.894	52.701
2.02.02	Outras Obrigações	33.820	34.844
2.02.02.02	Outros	33.820	34.844
2.02.02.02.03	Parcelamento de Impostos e Encargos	4.428	4.461
2.02.02.02.04	Financiamenentos Securitizados	29.392	30.383
2.02.03	Tributos Diferidos	8.947	9.060
2.02.04	Provisões	15.507	15.397
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.326	1.189
2.02.04.01.05	Provisões Contingencias	1.326	1.189
2.02.04.02	Outras Provisões	14.181	14.208
2.02.04.02.04	Provisao Preço Mnimo Ações	3.152	3.152
2.02.04.02.05	Outros Debitos	11.029	11.056
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-42.092	-41.681

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.01	Capital Social Realizado	142.652	142.652
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.509	6.507
2.03.04	Reservas de Lucros	35	35
2.03.04.02	Reserva Estatutária	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-191.288	-190.875

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	14.397	11.325
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.567	-9.910
3.03	Resultado Bruto	2.830	1.415
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.314	-1.726
3.04.01	Despesas com Vendas	-467	-346
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.378	-1.367
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-356	-198
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-113	185
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	516	-311
3.06	Resultado Financeiro	-1.039	-2.240
3.06.01	Receitas Financeiras	3.229	2.566
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.268	-4.806
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-523	-2.551
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	113	116
3.08.01	Corrente	0	114
3.08.02	Diferido	113	2
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-410	-2.435
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-410	-2.435
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-410	-2.435
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,03430	0,38870

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-410	-2.435
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-410	-2.435
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-410	-2.435

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.711	-4.855
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	571	-1.384
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-410	-2.435
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	973	1.018
6.01.01.03	baixa de Bens do Ativo Permanente	8	33
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.282	-3.471
6.01.02.01	Aumento em Clientes	-5.918	-3.623
6.01.02.02	Redução nos Estoques	-8.742	-6.936
6.01.02.03	Redução nos Adiantamentos Ativos	2.060	-874
6.01.02.04	Aumento Tributos a Recuperar	-215	1.393
6.01.02.05	Aumento Direitos Realizáveis	20	-7
6.01.02.06	Redução nas Despesas Antecipadas	42	350
6.01.02.07	Aumento em Fornecedores	4.482	4.022
6.01.02.08	Aumento Outras Contas pagar e provisões	2.160	2.335
6.01.02.10	Redução Em Depósitos Judiciais	-58	-16
6.01.02.11	Redução em Tributos Diferidos	-113	-115
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-143	-40
6.02.01	Aplicação no Imobilizado	-134	-40
6.02.02	Aplicação em Investimentos	-9	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.884	4.752
6.03.01	Aumento Empréstimos e Financiamento	5.884	4.752
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	30	-143
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	365	314
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	395	171

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.478	-39	0	-18.329	0	-8.890	0	-8.890
5.04.01	Aumentos de Capital	9.478	0	0	0	0	0	0	0
5.04.08	Realização de reserva de reavaliação	0	-39	0	39	0	0	0	0
5.04.09	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-18.368	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-410	0	-410	0	-410
5.07	Saldos Finais	142.652	6.507	35	-191.285	0	-42.091	0	-42.091

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	133.173	6.546	35	-137.687	0	2.067	0	2.067
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.173	6.546	35	-137.687	0	2.067	0	2.067
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.535	0	-3.535	0	-3.535
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.535	0	-3.535	0	-3.535
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4	0	-4	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	4	0	-4	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	133.173	6.550	35	-141.226	0	-1.468	0	-1.468

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	14.725	11.887
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.838	11.702
7.01.02	Outras Receitas	-113	185
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.861	-3.964
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.550	-2.840
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.290	-1.045
7.02.04	Outros	-21	-79
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.864	7.923
7.04	Retenções	-973	-1.018
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-973	-1.018
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.891	6.905
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.229	1.173
7.06.02	Receitas Financeiras	3.229	1.173
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.120	8.078
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.120	8.078
7.08.01	Pessoal	6.537	6.394
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.072	4.779
7.08.01.02	Benefícios	751	822
7.08.01.03	F.G.T.S.	386	457
7.08.01.04	Outros	328	336
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	484	262
7.08.02.01	Federais	354	218
7.08.02.02	Estaduais	10	26
7.08.02.03	Municipais	120	18
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.509	3.857
7.08.03.01	Juros	4.509	3.857
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-410	-2.435
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-410	-2.435



Pomi Frutas divulga resultados do 1T17

Fraiburgo, 12 de maio de 2017 – A Pomi Frutas S.A.(BM&FBovespa: FRTA3) – “Pomi Frutas ” ou “Companhia”, pioneira na produção e comercialização de maçãs in-natura e processadas no Brasil, anuncia hoje os resultados consolidados do primeiro trimestre de 2017 (1T17). As informações operacionais e financeiras da Companhia são apresentadas com base em números consolidados, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	1T17	1T16	T/T(%)
Receita Líquida	14.397	11.325	27,1%
CMV	-11.567	-9.910	16,7%
Lucro (Prejuízo) Bruto	2.830	1.415	100,0%
Margem (%)	19,7%	12,5%	7,2 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	-1.845	-1.713	7,7%
EBITDA	1.620	712	127,7%
Margem (%)	11,3%	6,3%	5,0 p.p.
Resultado Financeiro	-1.039	-2.240	-53,6%
Lucro (Prejuízo) Líquido	-410	-2.435	-83,2%



Destaques do Período

- **Receita Líquida** atingiu **R\$14,4 milhões no 1T17**, crescimento de 27,1% em relação aos R\$ 11,3 milhões registrados no 1T16;
- A comercialização da safra 2017 teve início no mês de janeiro. A Companhia comercializou ao longo dos primeiros três meses **aproximadamente 9,4 mil toneladas**, contra o volume de **5,9 mil toneladas** no mesmo período de 2016, expressivo aumento de 59,0%;
- O **preço médio de venda de nossas frutas** (ex-industrial) no primeiro trimestre de 2017 foi de R\$2,17/kg, contra R\$2,66/kg no primeiro trimestre de 2016, queda de 18,4%, por conta da quebra de safra de 2016, que teve menor quantidade de frutas disponíveis para venda;
- **EBITDA do 1T17 totalizou R\$1,6 milhão**, em comparação ao EBITDA de **R\$0,7 milhão** reportado no 1T16, representando importante **incremento de 127,7%**;
- **Prejuízo do 1T17 totalizou R\$410 mil**, em comparação aos **R\$2,4 milhões** reportados no primeiro trimestre de 2016, significativa redução de 83,2%.



Mensagem da Diretoria

O primeiro trimestre de 2017 marcou o início da colheita. Para as comparações que envolvem este 1T17, há que se considerar a quebra da Safra ocorrida em 2016, que por sua vez alterou de forma importante as dinâmicas de mercado e preços, por conta da qualidade e menores quantidades de fruta disponíveis naquele período.

Mesmo considerando os altos preços praticados no ano anterior, neste ano, as reduções no custo de operação permitiram a melhora significativa do Lucro Bruto apesar da forte retração dos preços em relação àqueles praticados no mesmo período do exercício anterior. As Despesas Gerais e Administrativas apresentaram aumento de 7,7% (1,8 milhão no 1T17 vs. 1,7 milhão no 1T16), mantendo-se, portanto, praticamente estáveis em bases reais, em virtude do rígido ajuste na estrutura de gastos corporativos vinculados a despesas com pessoal.

Ainda que tenhamos observado aumento do volume físico comercializado da ordem de 59,0% o fato de estar sendo negociada uma safra completamente diferente em termos de qualidade e quantidade em relação a equivalente anterior motivou uma queda expressiva de preços, da ordem de 27,0% (sem Indústria).

A Companhia segue trabalhando no intuito de fortalecer e aumentar suas parcerias com produtores terceiros, reforçando o objetivo estratégico de diversificar a produção regionalmente bem como, a fonte e a variedade das frutas vendidas.



Desempenho Operacional e Financeiro

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores operacionais da Pomi Frutas no 1T17:

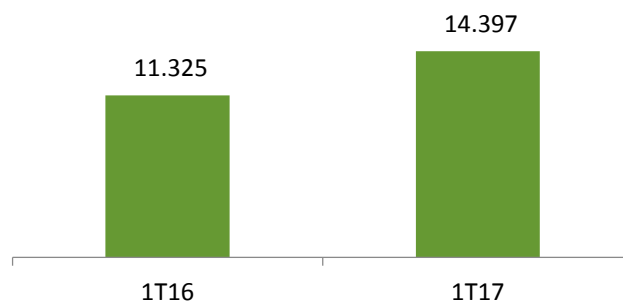
	1T17	1T16	A/A(%)
Volume Faturado (em mil tons)			
in Natura Total	9.419	5.924	59,0%
Indústria	3.218	1.700	89,3%
Preço (em R\$)			
Preço Médio sem Indústria	1,54	2,11	-27,0%
Preço Médio Total	2,17	2,66	-18,4%

RECEITAS

A receita líquida do 1T17 foi de R\$14,4 milhões, um aumento de 27,1% em relação ao 1T16.

O volume comercializado no 1T17 foi de 9,4 mil toneladas (versus 5,9 mil ton. no 1T16), sendo, portanto, fator diretamente responsável pelo aumento de receita observado.

Receitas (R\$ mil)



LUCRO BRUTO

No 1T17 o lucro bruto (Receita Líquida (-) Custo da Mercadoria Vendida) da Companhia atingiu R\$2,8 milhões, comparado a lucro bruto de R\$1,4 milhão no 1T16, crescimento de 100% na comparação trimestral.

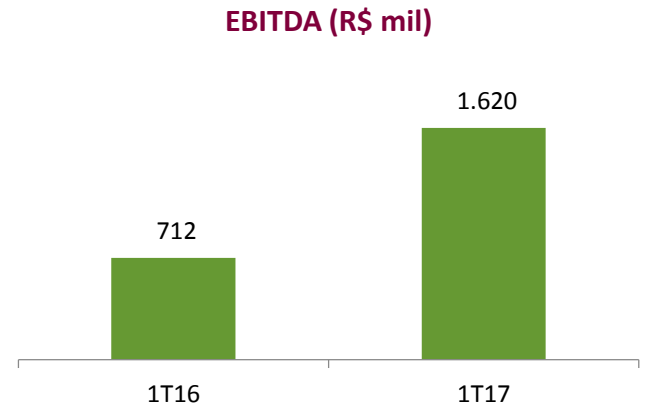
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os ajustes realizados na estrutura corporativa desde o final de 2015, com eliminação de níveis hierárquicos e cortes de pessoal, geraram importante efeito sobre as despesas gerais e administrativas, que após apresentarem queda expressiva ao longo de 2016, mantiveram-se em níveis saudáveis neste 1T17, apresentando crescimento de 7,7% em relação ao 1T16, ou seja, praticamente mantendo-se estável em valores reais.

**RELATÓRIO DE
DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS**

EBITDA

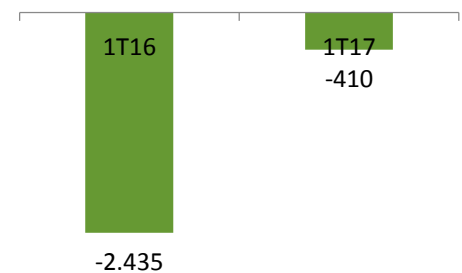
A conjugação dos aspectos anteriormente mencionados fez com que o EBITDA do 1T17 em termos acumulados somasse R\$1,6 milhão, em comparação com EBITDA de R\$0,7 milhão nos 1T16, aumento de 127,7%, atestando o acerto da estratégia da Companhia.


RESULTADO FINANCEIRO

As despesas financeiras caíram 11,2% nos primeiros três meses de 2017 contra o mesmo período do ano anterior, decorrente especialmente da favorável renegociação de dívidas de longo prazo.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

Em função do acerto estratégico da Companhia, aliado ao estrito controle de custos e despesas, a Pomi Frutas a reduziu a perda líquida em 83,2%, para R\$410 mil quando comparamos o 1T17 com o 1T16 ainda que tenha sido observado um cenário desfavorável quanto aos preços praticados em função dos aspectos já comentados.

**Lucro (Prejuízo) Líquido
(R\$ mil)**

ENDIVIDAMENTO TOTAL

O endividamento total da Companhia encerrou o trimestre em R\$ 65,6 milhões, comparado a R\$ 59,0 milhões no mesmo período do ano passado, aumento de 11,2%. Vale destacar que tal negociação trouxe um perfil de endividamento adequado, em termos prazo de pagamento, tendo sido transferida parcela substancial do curto para o longo prazo.



PROCESSOS EM CÂMARAS DE ARBITRAGEM

A Companhia encontra-se em dois processos movidos junto a Câmaras de Arbitragem, conforme comunicações de fatos relevantes datados de 30 de outubro de 2015 e 18 de dezembro de 2015. Não houve desdobramentos em relação a esses processos ao longo do primeiro trimestre de 2017. A Companhia manterá o mercado informado do seu desenvolvimento.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), na data de 30/10/2015.

Conforme comentado na nota explicativa nº18 das Demonstrações Financeiras, a Companhia pleiteia: (i) a invalidade de condição contratual contida no Acordo de Incorporação celebrado entre as partes em 02.12.2009, segundo a qual a Companhia estava obrigada a garantir, sob certas condições, cotação mínima para as ações entregues aos então acionistas da Pomifrai em virtude da operação de incorporação de ações, bem como (ii) a restituição à Companhia dos valores pagos a tais acionistas em virtude de referida garantia de preço mínimo das ações.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), na data de 18/12/2015

A Companhia pleiteia: (i) o reconhecimento da eficácia da reconsideração, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2015, (i.a) da aprovação das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, assim como (i.b) da quitação outorgada aos administradores em tais exercícios (ou, sucessivamente, a anulação de tais aprovações de contas e outorgas de quitação); (ii) a declaração da invalidade da aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos primeiros trimestres de 2015, assim como de quitação outorgada pelo referido Conselho a membros da antiga administração; (iii) a declaração da invalidade de contratos de prestação de serviço de consultoria financeira celebrados pela Pomi Frutas com as sociedades RB, Private e Valor, com a condenação de tais sociedades, em solidariedade com os demais Requeridos, a indenizarem a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em decorrência dos mencionados contratos; e (iv) a condenação dos antigos controladores e membros da administração da Companhia, respectivamente, por abuso de poder de controle e desrespeito a deveres fiduciários, com a sua condenação a indenizar a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em razão dos atos irregulares praticados.



Sobre a Pomi Frutas S.A.

A Pomi Frutas (BM&FBovespa: FRTA3) é pioneira na produção e comercialização de maçãs in-natura e processadas no Brasil. A companhia possui modernas instalações de plantio, processamento e armazenagem de maçãs. O sabor e a qualidade dos produtos Renar/Pomifrai são encontrados em grandes redes varejistas nacionais e internacionais, indústria nacional e internacional e grandes distribuidores.

Este comunicado contém considerações futuras referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento da Pomi Frutas. Estas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da companhia em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela Pomi Frutas e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.



Balanço Patrimonial (IFRS)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	82	62	95	65
Aplicação financeira (nota 5)	-	-	300	300
Clientes (nota 6)	6.590	550	6.638	720
Estoques (nota 7)	18.530	9.214	18.618	9.876
Tributos a recuperar (nota 8)	198	198	473	376
Adiantamentos (nota 9)	7.950	10.032	8.031	10.091
Alienação de bens do imobilizado (nota 10)	2.231	2.273	2.231	2.273
Outras contas a receber	31	10	32	10
Despesas antecipadas	683	533	1.107	988
Total do ativo circulante	36.295	22.872	37.525	24.699
NÃO CIRCULANTE				
Depósitos judiciais (nota 11)	376	373	1.361	1.303
Tributos a recuperar (nota 8)	1.869	1.722	3.195	3.077
Alienação de bens do imobilizado (nota 10)	1.800	1.800	4.238	4.238
Outras contas a receber	58	58	269	269
Despesas de exercicios seguintes	1.279	1.336	3.916	4.077
Investimentos (nota 12)	1	1	-	-
Propriedade para investimento (nota 13)	17.592	17.583	17.592	17.583
Imobilizado (nota 14)	5.644	5.799	36.381	37.226
Intangível	44	45	260	263
Total do ativo não circulante	28.663	28.717	67.212	68.036
TOTAL DO ATIVO	64.958	51.589	104.737	92.735



Balanco Patrimonial (IFRS)

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 15)	20.547	15.128	10.020	5.538
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	10.764	4.754	11.750	6.068
Salários e encargos sociais	2.968	1.830	2.999	1.855
Obrigações tributárias	891	549	2.247	1.909
Adiantamentos de clientes	130	57	222	140
Partes relacionadas (nota 18)	23.466	23.565	3.083	2.473
Outras obrigações (nota 19)	2.256	2.188	2.487	2.392
Parcelamento de tributos (nota 21)	1.702	1.895	1.853	2.039
Total do passivo circulante	62.724	49.966	34.661	22.414
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	16.455	15.920	53.894	52.701
Financiamentos PESA (nota 17)	11.494	11.597	29.392	30.383
Tributos diferidos sobre reavaliação (nota 22)	3.487	3.489	8.947	9.060
Provisão para contingências (nota 20)	1.050	986	1.326	1.189
Provisão para preço mínimo de ações	3.152	3.152	3.152	3.152
Provisão para perdas em investimentos (nota 12)	595	45	-	-
Outras obrigações (nota 19)	4.457	4.457	11.029	11.056
Parcelamento de tributos (nota 21)	3.636	3.658	4.428	4.461
Total do passivo não circulante	44.326	43.304	112.168	112.002
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 23)				
Capital social	142.652	142.652	142.652	142.652
Reserva de reavaliação	6.509	6.507	6.509	6.507
Reservas de lucros	35	35	35	35
Prejuízos acumulados	(191.288)	(190.875)	(191.288)	(190.875)
Total passivo descoberto	(42.092)	(41.681)	(42.092)	(41.681)
TOTAL DO PASSIVO	64.958	51.589	104.737	92.735



Demonstração de Resultados (IFRS)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Venda de mercadorias	13.574	9.204	13.815	10.962
Venda de polpa	-	165	-	166
Venda de mercadorias - exportação	672	339	672	425
Venda de serviços	350	148	350	149
Receita bruta	14.596	9.856	14.838	11.702
Devoluções e abatimentos	(21)	(79)	(21)	(79)
Impostos	(420)	(297)	(420)	(298)
Deduções	(441)	(376)	(441)	(377)
RECEITA LÍQUIDA	14.155	9.480	14.397	11.325
Custo das mercadorias e serviços	(10.797)	(8.424)	(11.567)	(9.910)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO (nota 25)	3.358	1.056	2.830	1.415
Despesas gerais e administrativas (nota 26)	(1.215)	(1.038)	(1.378)	(1.367)
Despesas comerciais e de distribuição	(448)	(328)	(467)	(346)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 12)	(549)	(645)	-	-
Despesa com provisão de preço mínimo ações	-	-	-	-
Despesas extraordinárias (nota 27)	(356)	(198)	(356)	(198)
Outras receitas (despesas) (nota 28)	(44)	234	(113)	185
Receitas e despesas operacionais líquidas	(2.612)	(1.975)	(2.314)	(1.726)
Despesas financeiras	(2.337)	(2.561)	(4.268)	(4.806)
Receitas financeiras	1.179	1.043	3.229	2.566
Resultado financeiro líquido (nota 29)	(1.158)	(1.518)	(1.039)	(2.240)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	(412)	(2.437)	(523)	(2.551)
IRPJ e CSLL	-	-	-	114
IR e CS Diferidos	2	2	113	2
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(410)	(2.435)	(410)	(2.435)
Por Ação	(0,0343)	(0,3887)	(0,0343)	(0,3887)

Notas Explicativas

POMI FRUTAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pomi Frutas S.A. (“Companhia”), localizada em Fraiburgo – SC, foi constituída em novembro de 1962 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de dezembro de 2004.

2. CONTROLADA

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as informações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das informações financeiras intermediárias consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)

As informações financeiras intermediárias consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas Internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as informações financeiras intermediárias consolidadas.

Essas práticas diferem das IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, onde para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

Notas Explicativas

Cabe destacar que, não existem diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado no consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora. Assim, as informações financeiras intermediárias consolidadas e as informações individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeira.

Aprovação das informações financeiras intermediárias

A conclusão da elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas pela Administração deu-se em 9 de maio de 2017.

3.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: clientes, tributos a recuperar, imobilizado, provisão para contingências, provisão para preço mínimo de ações e provisão para contingências.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela empresa investida da Companhia.

Notas Explicativas

4.1. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Controlada

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As informações financeiras intermediárias da controlada são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Controladora, as informações financeiras intermediárias da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre Controladora e Controlada são eliminados na preparação das informações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

4.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas

A Companhia e sua controlada reconhecem a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e os valores líquidos somente são apresentados no balanço patrimonial quando as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa (excetadas aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado), clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de arrendamentos e aluguéis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações do circulante.

b. Passivos Financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

Notas Explicativas

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, e outras obrigações.

Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos de hedge accounting.

4.4. CONTAS A RECEBER

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

4.5. ESTOQUES

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Todos os custos de produção incorridos na formação dos estoques, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem), são agregados ao estoque e baixados conforme sua venda mensal.

4.6. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

Notas Explicativas

A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29 de dezembro de 2006, novas taxas de depreciação foram atribuídas aos pomares, edificações urbanas e rurais, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente a partir de janeiro de 2007. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar.

Os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

4.7. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.8. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

4.9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Notas Explicativas

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.10. AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários do circulante é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial).

4.12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das informações financeiras intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Notas Explicativas

Pelo fato da Companhia estar enquadrada no ramo de “atividade rural”, ela faz jus ao direito de compensar 100% de seus resultados tributáveis com prejuízos fiscais oriundos da atividade rural. O lucro advindo de atividade “não rural, operacional ou não” deve ser compensado no limite de 30%, conforme RIR/99.

4.13. LUCROS OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação” no encerramento de cada exercício.

4.14. NORMAS, INTERPRETAÇÕES E REVISÕES DE NORMAS NÃO VIGENTES

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017:

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009, o IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda um novo modelo de perdas em crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 traz maior flexibilidade em relação às exigências de efetividade do hedge. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia fez uma avaliação preliminar e não espera alterações materiais nas posições patrimoniais e de resultados com a adoção de referida norma. A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, deverão ser reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1 de janeiro de 2018;
- IFRS 15, “Receitas de contratos com clientes”, emitido em maio de 2014. Esta norma tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para relatar informações correspondentes à natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixas decorrentes de um contrato com cliente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia fez uma avaliação preliminar e não espera impactos nas posições patrimoniais e de resultados por conta da aplicação da nova norma. Eventuais impactos, embora não esperados, deverão ser tratados prospectivamente na abordagem de transição;
- IFRS 16, “Arrendamento”, emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma, no entanto, dado a característica de seus contratos e de sua operação, não espera mudanças relevantes no seu resultado líquido.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Notas Explicativas

4.15. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.16. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo.

Atualmente a Companhia e sua controlada operam em um único segmento que é o cultivo e a venda de maçãs.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16
Caixa	11	6	18	6
Banco conta movimento	71	56	77	59
Aplicações financeiras	-	-	300	300
	<u>82</u>	<u>62</u>	<u>395</u>	<u>365</u>

6. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16
Duplicatas a receber	7.027	1.034	7.254	1.384
Duplicatas descontadas - Bancos	-	-	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(437)	(484)	(616)	665
	<u>6.590</u>	<u>550</u>	<u>6.638</u>	<u>720</u>

O primeiro trimestre de cada ano marca a colheita de maçãs, que se inicia em janeiro para variedades mais precoces, e prolonga-se até o final do mês de abril, para as variedades mais tardias. Dessa forma, o aumento significativo verificado na rubrica de clientes é reflexo do início das vendas da safra 2016/2017.

Notas Explicativas

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/dez/16	31/03/2017	31/dez/16
A vencer	6.149	407	6.185	460
Vencidas				
Até 30 dias	388	23	389	60
31 a 60 dias	51	109	51	166
61 a 90 dias	1	11	1	33
91 a 180 dias	84	215	93	249
a mais de 180 dias	354	269	535	416
	<u>7.027</u>	<u>1.034</u>	<u>7.254</u>	<u>1.384</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/dez/16	31/03/2017	31/dez/16
Saldo inicial	(484)	(1.235)	(665)	(2.659)
Adições	(726)	(371)	(1.760)	(438)
Recuperações	773	1.122	1.809	2.432
	<u>(437)</u>	<u>(484)</u>	<u>(616)</u>	<u>(665)</u>

A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui, sendo considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota. Dessa forma, a Companhia considera como “possível perda” os títulos vencidos acima de 90 dias.

7. ESTOQUES

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/dez/16	31/03/2017	31/dez/16
Produtos em formação (safra da maçã)	6.606	7.092	6.606	7.092
Material consumo e reposição	1.950	1.625	1.974	2.181
Maçãs próprias	9.973	140	9.973	140
Outros	1	357	65	463
	<u>18.530</u>	<u>9.214</u>	<u>18.618</u>	<u>9.876</u>

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial, passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

Assim, nos últimos seis meses do ano a Fruta Industrial é acrescida do custo de armazenagem e classificação.

Para as frutas de categoria comercial, além do custo Pomar (agrícola), são acrescidos os custos apurados no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), que são atribuídos mensalmente ao custo da fruta classificada e embalada, vendida, ou seja, CPV – Custo de Produto Vendido.

Em linha com as novas diretrizes operacionais da Companhia, estão sendo reduzidos gradativamente os investimentos em estoques próprios de maçãs, em detrimento ao investimento em estoques de terceiros (fomentados), conforme comentado na nota explicativa nº9.

Conforme comentado na nota explicativa nº 6, no 1º trimestre de cada ano tem início o ciclo de colheita de maçãs. Dessa forma, o aumento observado no grupo de estoques (especialmente na rubrica “Maçãs próprias”), é reflexo do momento atual do ciclo operacional da Companhia.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16
Circulante				
IRPJ	133	133	222	222
CSLL	47	47	86	86
Cofins	-	-	78	-
Outros	18	18	87	68
	<u>198</u>	<u>198</u>	<u>473</u>	<u>376</u>
Não Circulante				
Cofins	2.093	1.917	3.717	3.541
Pis	577	537	889	849
(-) Provisão de glosas	(801)	(732)	(1.411)	(1.313)
	<u>1.869</u>	<u>1.722</u>	<u>3.195</u>	<u>3.077</u>

Notas Explicativas

Os montantes de PIS e COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades operacionais da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal, e constitui provisão para perdas correspondente a 30% dos créditos em processo de homologação, tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

9. ADIANTAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16
Adiantamento a fornecedores	8.454	10.513	9.100	11.137
Adiantamento de férias	20	41	20	41
Adiantamento de viagens	11	3	11	3
Adiantamento a funcionários	35	45	35	45
Provisão para perdas	(570)	(570)	(1.135)	(1.135)
	<u>7.950</u>	<u>10.032</u>	<u>8.031</u>	<u>10.091</u>

Em linha com suas novas estratégias operacionais para redução de custos e diluição de riscos, a Companhia vem reduzindo gradativamente seus investimentos em áreas de pomares próprios, realocando seus recursos na produção em outras regiões geográficas, por meio de contratos de fomento.

Os adiantamentos a fornecedores correspondem, em grande parte, aos valores adiantados a produtores rurais com os quais a Companhia possui contratos para a preparação da safra. Os adiantamentos estão garantidos pelo recebimento das frutas por meio de cédulas de produto rural (CPR).

Conforme mencionado nas notas explicativas nº6 e nº7, tendo em vista o início do ciclo de colheita de maçãs, os valores adiantados aos produtores “fomentados”, estão sendo gradativamente abatidos e revertidos para os estoques da Companhia, para posteriormente serem reconhecidos no resultado do exercício, como custos, quando as maçãs forem comercializadas.

10. ALIENAÇÃO DE BENS DO IMOBILIZADO

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores. Os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados a lavratura das escrituras.

A abertura dos valores a receber está demonstrada a seguir:

Controladora

Notas Explicativas

Pomi Frutas S/A	Vencimento	Valor Original da	Saldo
Terrenos ou imóveis	Final	Venda	31/mar/17
Circulante			
Área de 2.304.100,00 m ²	31/12/2017	2.600	46
Área de 4.183.669,38 m ²	31/12/2017	8.500	2.185
			<u>2.231</u>
Não Circulante			
Área de 4.183.669,38 m ²	31/12/2014	7.300	1.800
		18.400	<u>1.800</u>

Controlada

Pomifrai Fruticultura	Vencimento	Valor Original da	Saldo
Terrenos ou imóveis	Final	Venda	31/mar/17
Não Circulante			
Área de 1.234.200,00 m ²	31/12/2014	12.772	538
Área de 2.172.52,00 m ²	20/09/2014	20.700	1.900
			<u>2.438</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/mar/17</u>	<u>31/dez/16</u>	<u>31/mar/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Circulante	2.231	2.273	2.231	2.273
Não Circulante	1.800	1.800	4.238	4.238
	<u>4.031</u>	<u>4.073</u>	<u>6.469</u>	<u>6.511</u>

11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/mar/17</u>	<u>31/dez/16</u>	<u>31/mar/17</u>	<u>31/dez/16</u>
Circulante				
Custos de arrendamentos a apropriar	483	523	907	942
Aluguéis de camaras frias a apropriar	165	-	165	-
Outros custos a apropriar	35	10	35	46
	<u>683</u>	<u>533</u>	<u>1.107</u>	<u>988</u>
Não Circulante				
Custos de arrendamentos a apropriar	1.262	1.317	3.899	4.058
Outros custos a apropriar	17	19	17	19
	<u>1.279</u>	<u>1.336</u>	<u>3.916</u>	<u>4.077</u>

Notas Explicativas

Conforme demonstrado no quadro acima, a rubrica “Despesas do exercício seguinte” é composta, substancialmente, por saldos a apropriar, oriundos de pagamentos antecipados de arrendamentos de terras, que são apropriados ao resultado do exercício de acordo com sua correta competência.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16
Contribuição Social Rural	-	-	930	929
Depósitos Judiciais CVM	201	202	201	203
Depósitos Judiciais Badesco	143	139	198	139
Depósitos para demanda trabalhista	32	32	32	32
	<u>376</u>	<u>373</u>	<u>1.361</u>	<u>1.303</u>

Contribuição social rural

Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia discute judicialmente a contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do artigo 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001.

Em resumo, a Companhia discute o direito de inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagas aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras, apenas na controlada Pomifrai.

Depósitos judiciais – CVM

Referem-se a bloqueios judiciais de multas da CVM que estão sendo discutidos pela Companhia.

Depósito judicial BADESCO

Refere-se a depósito caução relativo ao contrato da cédula Rural Hipotecária nº 910380-00 originalmente depositado no montante de R\$119. Este valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato, visto que o valor principal está garantido pelo PESA (título público do governo) ao final do contrato.

O valor caucionado será remunerado pelos mesmos índices aplicáveis a cédula de crédito aditada, logo, presumindo-se suficiente para a liquidação de todas as parcelas vincendas. As parcelas

Notas Explicativas

vincendas serão quitadas, na data do respectivo vencimento com recursos provenientes do valor caucionado.

13. PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

O saldo de R\$595 (R\$45 em 2016) registrado na rubrica “Provisão para perdas em investimentos” se refere à participação de 100% no capital da controlada Pomifrai Fruticultura S.A. Em atendimento ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, a Companhia avalia este investimento pelo método de equivalência patrimonial.

No período findo em 31 de março de 2017, a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$549 (R\$645 em março 2016).

14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16
Imóvel rua Nereu Ramos, nº 219	17.592	17.583	17.592	17.583
	<u>17.592</u>	<u>17.583</u>	<u>17.592</u>	<u>17.583</u>

Imóvel rua Nereu Ramos, nº 219

Refere-se ao valor contábil do terreno, instalações e benfeitorias do imóvel situado na Rua Nereu Ramos, nº 219 – Centro, Fraiburgo – SC, no valor de R\$ 17.583. Pelo fato da Companhia não estar utilizando, neste momento, esse imóvel em suas atividades operacionais. Este imóvel foi dado em garantia na renegociação da dívida junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE), entretanto, a sua baixa efetiva, e transferência de posse à Instituição Financeira, ocorrerá somente na quitação efetiva da operação.

Anualmente, em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 28 – Propriedade para Investimentos, a Companhia realiza avaliação para se certificar que o saldo contábil de seus imóveis não excede o valor justo (valor de mercado), visando identificar a necessidade de constituição de eventual provisão para *impairment*.

15. IMOBILIZADO

Controladora

Notas Explicativas

	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação	Residual
	<u>31/dez/16</u>	<u>31/mar/17</u>	<u>31/mar/17</u>	<u>31/mar/17</u>	<u>31/mar/17</u>
Imobilizado Próprio em Operação	4.763	20	(5)	(161)	4.617
Edificações	444	-	-	(4)	440
Benfeitorias	443	9	-	(15)	437
Culturas Permanentes	2.307	-	-	(87)	2.220
Máquinas e Equipamentos	1.357	2	-	(44)	1.315
Câmaras Frigoríficas	-	-	-	-	-
Veículos e Tratores	120	5	(5)	(6)	114
Móveis e Utensílios	92	4	-	(5)	91
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	26	-	-	-	26
Vestiário/Banheiros Vacaria	26	-	-	-	26
Imobilizações em Andamento	-	3	(3)	-	-
Benfeitorias	-	3	(3)	-	-
Reavaliações	1.010	-	-	(9)	1.001
Terrenos	372	-	-	-	372
Edificações e Benfeitorias	544	-	-	(5)	539
Culturas Permanentes	94	-	-	(4)	90
	<u>5.799</u>	<u>23</u>	<u>(8)</u>	<u>(170)</u>	<u>5.644</u>

Consolidado

Notas Explicativas

	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação	Residual
	31/dez/16	31/mar/17	31/mar/17	31/mar/17	31/mar/17
Imobilizado Próprio em Operação	17.728	131	(5)	(565)	17.289
Terrenos	64	-	-	-	64
Edificações	7.499	42	-	(95)	7.446
Benfeitorias	934	19	-	(29)	924
Culturas Permanentes	4.817	-	-	(221)	4.596
Maquinas e Equipamentos	4.359	61	-	(203)	4.217
Veículos e Tratores	204	5	(5)	(10)	194
Móveis e Utensílios	145	4	-	(7)	142
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	26	-	-	-	26
Vestiário/Banheiros Vacaria	26	-	-	-	26
Imobilizações em andamento	130	3	(3)	-	130
Benfeitorias	16	3	(3)	-	16
Florestas em formação	114	-	-	-	114
Reavaliações	1.010	-	-	(9)	1.001
Terrenos	372	-	-	-	372
Edificações e Benfeitorias	544	-	-	(5)	539
Culturas Permanentes	94	-	-	(4)	90
Ajuste Patrimonial	18.333	-	-	(397)	17.936
Terrenos	568	-	-	-	568
Edificações	1.814	-	-	(26)	1.788
Benfeitorias	1	-	-	-	1
Maquinas e Equipamentos	4.629	-	-	(196)	4.433
Câmaras Frigoríficas	10.708	-	-	(140)	10.568
Veículos e Tratores	596	-	-	(34)	562
Móveis e Utensílios	17	-	-	(1)	16
	37.226	134	(8)	(971)	36.381

16. FORNECEDORES

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16
Obrigações de parceria rural - Pomifrai	11.947	10.328	-	-
Fornecedores matriz	8.449	4.732	9.911	5.456
Outros fornecedores	61	68	109	82
	<u>20.457</u>	<u>15.128</u>	<u>10.020</u>	<u>5.538</u>

Os saldos desta rubrica se referem aos fornecedores de insumos necessários à fomentação da próxima safra, bem como fornecedores de embalagens e demais materiais necessários para as operações da Companhia e de sua Controlada.

Nas rubricas de fornecedores, são registrados também os valores devidos aos “Produtores Fomentados”, onde a Companhia, em atendimento aos preceitos do pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, considera a obrigação a pagar resultante da diferença entre o preço médio apurado nas maçãs efetivamente vendidas de seus produtores fomentados *versus* os preços médios praticados no mercado.

Os prazos médios obtidos junto a nossos principais fornecedores em 2017 são: defensivos agrícolas à vista, embalagens – em torno de 45 dias, manutenção e outros – em torno de 28 dias, e para a maioria dos contratos de prestação de serviços – em torno de 30 dias.

O aumento significativo ocorrido em relação aos saldos de dezembro de 2016, está diretamente relacionado ao início do ciclo de colheita de maçãs, ocorrendo aumentos substanciais dos gastos com fornecedores de materiais e embalagens, assim como nos gastos com energia elétrica.

Parceria rural com a controlada

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos imóveis objeto do contrato de parceria rural. Referido contrato foi renovado em outubro de 2015, pela nova Administração.

17. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Notas ExplicativasControladora

Pomi Frutas S/A	Taxa Anual	Vencimento	Saldo	Saldo
Instituições Financeiras	Contrato	Final	31/mar/17	31/dez/16
<u>Provisão de juros PESA</u>				
Provisão de Juros PESA	10% a 12%	Até dez 2017	665	645
			665	645
<u>BRDE - Renegociação</u>				
BRDE - Renegociação	TJLP + juros	nov/21	16.403	15.920
			16.403	15.920
<u>Bradesco</u>				
Bradesco - CDC Veiculos	22,42%	-	52	-
			52	-
<u>Outros empréstimos e financiamentos</u>				
NBC Bank	14,74%	jun/14	43	97
Caixa Econômica Federal	NT	-	373	65
Opinião S/A	-	-	-	-
Bancos Comerciais/GIRO - Brasil	3,5% a.m.	-	-	-
Fidc Empírica SIFRA	Mercado	jan/17	1.915	1.575
Duplicatas Descontadas/ Sifra	Mercado	-	3.851	340
Bradesco - CDC Veiculos	22,42%	-	29	29
B. Daycoval S/A	CDI	fev/16	2.000	2.000
B. Daycoval S/A	CDI	set/16	1.888	3
Outros	Imóveis	1,20% a 22,52%	-	-
			10.099	4.109
Total de Empréstimos e Financiamentos			27.219	20.674
Parcela no Circulante			10.764	4.754
Parcela no Não Circulante			16.455	15.920

Controlada

Notas Explicativas

Pomifrai Fruticultura S/A Instituições Financeiras	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Saldo	Saldo
			31/mar/17	31/dez/16
<i>Provisão de juros PESA</i>				
Provisão de Juros PESA	10% a 12%	Até dez 2017	937	914
			937	914
<i>BRDE - Renegociação</i>				
BRDE	TJLP + juros	nov/21	10	40
BRDE	TJLP + juros	nov/21	24.028	23.442
BRDE	TJLP + juros	nov/21	13.411	13.339
			37.449	36.821
<i>Outros empréstimos e financiamentos</i>				
Duplicatas Descontadas/ Sifra	NT	-	39	360
			39	360
Total de Empréstimos e Financiamentos			38.425	38.095
Parcela no Circulante			986	1.314
Parcela no Não Circulante			37.439	36.781
Total de Empréstimos e Financiamentos Consolidado			Saldo	Saldo
			31/mar/17	31/dez/16
Parcela no Circulante			11.750	6.068
Parcela no Não Circulante			53.894	52.701
			65.644	58.769

Em linhas gerais, o aumento verificado nos números consolidados de empréstimos e financiamentos está relacionado aos seguintes aspectos: reconhecimento dos juros a pagar dos contratos PESA, descontos de duplicatas realizados pela Controladora junto ao Banco Sifra, e utilização de crédito de conta garantida junto ao Banco Daycoval (também pela controladora).

A seguir, detalhamos outros aspectos relativos aos empréstimos e financiamentos da Companhia e de sua controlada:

Garantias

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos e tratores, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.

BRDE – Renegociação (empréstimos securitizados)

A Companhia concluiu a renegociação de suas dívidas (consolidadas) com o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), principal credor da Companhia. Referida renegociação incluiu possibilidade de dação em pagamento de ativos não produtivos da Companhia, e a obtenção de substancial bônus de adimplemento.

Notas Explicativas

O acordo envolve (i) no tocante à Controladora Pomifrutas, o equacionamento da dívida de R\$20,1 milhões com o BRDE mediante alienação fiduciária de imóveis, prazo de 25 meses para pagamento e carência total até vencimento; (ii) no tocante à Controlada Pomifrai, a consolidação do saldo devedor em R\$36,7 milhões, com a sua divisão em dois sub-créditos: (a) subcrédito "A", com prazo de pagamento de 10 anos e 2 anos de carência, com bônus de adimplemento (0,5 : 1 a 0,4 : 1) para antecipações durante a carência; e (b) sub-crédito "B", com vencimento em 10 anos, sendo que o integral e pontual pagamento do subcrédito "A" representará bônus de adimplemento em relação ao sub-crédito "B"; ambos os sub-créditos com a alienação fiduciária de imóveis.

No tocante à dívida da Pomifrutas, a alteração da estrutura de garantia de hipoteca (atual) para alienação fiduciária elimina o risco de cobrança de eventual resíduo dessa parte da dívida em caso de inadimplemento. Como a alienação fiduciária abrangerá ativos não produtivos da Companhia, a renegociação é extremamente positiva pois, no limite, representará a liquidação de R\$20,1 milhões de dívida mediante a dação de tais ativos não produtivos em pagamento ao BRDE. Já no tocante à subsidiária Pomifrai, caso a Companhia seja totalmente bem sucedida em antecipar os pagamentos de 100% do sub-crédito "A" até 31/12/2018, isso poderá representar uma redução de aproximadamente 42% da dívida total da subsidiária Pomifrai com o BRDE (somando-se todos os bônus de adimplemento do sub-crédito "A" e do "B").

Capital de giro

São contratos de financiamento para reforço do capital de giro da Companhia e de sua controlada

Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)

São contratos de linhas de crédito para exportações futuras, com vencimento no circulante.

Investimento e expansão

Financiamentos do não circulante junto a bancos de fomento ou outras instituições financeiras para investimento na safra de produção, sendo todos com vencimentos acima de um ano.

Provisão de juros – PESA

Referem-se a provisão de juros a pagar no exercício subsequente, que estão vinculados à operação PESA. Esses montantes refletem apenas os empréstimos que não foram securitizados, e que, portanto, demandam os correspondentes dispêndios financeiros por parte da Companhia e de sua controlada. Referidos saldos foram atualizados com base nas taxas dos respectivos contratos, e possuem vencimento em 2017.

A manutenção da operação está diretamente vinculada à adimplência de referidos juros, sendo que, em 31 de março de 2017, a Companhia e sua controlada estão adimplentes com essas obrigações.

Notas Explicativas

18. FINANCIAMENTOS PESA

Controladora

Pomi Frutas S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Saldo Juros				Saldo Juros
				Financiamento	Circulante	CTN	Líquido	Não
								Circulante
31/mar/17	31/mar/17	31/mar/17	31/mar/17	31/mar/17				
BANCO DO BRASIL S/A 95/000181	Imóveis	IGPM+4,57%	2022	5.204	130	4.298	906	821
BADESC 910380677	Imóveis	IGPM+4,57%	2018	974	38	835	139	136
BRABESCO 2000/80	Imóveis	IGPM+4,57%	2020	6.574	193	4.236	2.338	675
BESC CRPH-91	Imóveis	IGPM+4,57%	2022	7.805	276	4.295	3.510	1.751
BESC S/A CRPH 72	Imóveis	IGPM+3%	2022	68	7	-	68	68
BRDE 2.1163301-8 - PESA	Imóveis	IGPM+3%	2020	9.587	9.587	6.220	3.367	-
BRDE 2.1105401-8 - PESA	Imóveis	IGPM+3%	2018	5.420	5.420	4.311	1.109	-
BRDE 10771 Finame - PESA	Imóveis	IGPM+3%	2020	95	95	66	29	-
BRDE 10378 Finame - PESA	Imóveis	IGPM+3%	2020	95	95	67	28	-
TOTAL				35.822	15.841	24.328	11.494	3.451

Controlada

Pomifrai Fruticultura S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Saldo Juros				Saldo Juros
				Financiamento	Circulante	CTN	Líquido	Não
								Circulante
31/mar/17	31/mar/17	31/mar/17	31/mar/17	31/mar/17				
BRABESCO 80001	Imóveis	IGPM+4,57%	2018	16.860	531	14.076	2.783	574
BADESC 930841-00-0	Imóveis	IGPM+4,57%	2018	1.163	70	1.003	160	164
BESC 549700242	Imóveis	IGPM+4,57%	2022	9.632	337	5.156	4.476	2.135
BRDE 7691 - PESA	Imóveis	IGPM+3%	2020	15.777	15.777	11.238	4.539	-
BRDE 10.988/13615-02 - PESA	Imóveis	IGPM+3%	2022	4.947	4.947	2.526	2.421	-
BRDE 10989/13615-01 - PESA	Imóveis	IGPM+3%	2022	7.208	7.208	3.689	3.519	-
TOTAL				55.587	28.870	37.688	17.898	2.873
Total Consolidado				91.409	44.711	62.016	29.392	6.324

A administração da Companhia entende que o risco econômico financeiro relativo ao Programa PESA está nos juros a incorrer, vinculados aos financiamentos no âmbito do Programa PESA. O montante de juros a incorrer totaliza R\$ 6.324; contudo, existem depósitos de R\$2.094 garantindo parte do pagamento dos juros a incorrer, de modo que, o saldo efetivamente devido é de R\$4.230, conforme segue:

a) Juros Banco BADESC

Em março de 2013 foi depositado ao Banco BADESC, caução relativa ao contrato da cédula Rural Hipotecaria nº 910380-677. O valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato em 2018.

b) Juros Banco BRDE

Em abril de 2012, a Companhia e sua controlada repactuaram os financiamentos da modalidade PESA, e os juros foram quitados de forma antecipada. Portanto não há qualquer eventual saldo desta operação.

c) Juros Banco Bradesco

A Companhia assinou, na qualidade de interveniente anuente, contratos nos quais foram realizados depósitos, garantindo os juros até o final dos contratos 2000/80 e 800001.

Notas Explicativas

Outros aspectos em relação ao PESA .

A administração da Companhia entende que o descasamento patrimonial de R\$29.392, referente ao Programa PESA deveria considerar a adimplência antecipada dos juros a incorrer e, portanto, que o valor da CTN nesses casos pudesse ser considerado equivalente ao valor do financiamento correspondente, já que, por ocasião do vencimento, o valor da CTN será equivalente ao valor atualizado do principal da dívida. Essa leitura faz com que o descasamento contábil efetivo da operação PESA em 31 de março de 2017 seja de R\$15.012. Sob esse prisma, o Patrimônio Líquido da Companhia seria negativo de R\$27.080 em vez de negativo de R\$ 42.092.

19. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de Ativos e Passivos em 31 de março 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativos às operações com Partes Relacionadas decorrem de transações entre a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16
Pomifrai Fruticultura S.A.	20.383	21.092	-	-
Débitos com acionistas	2.933	2.473	2.933	2.473
Mútuo com diretores	150	-	150	-
	<u>23.466</u>	<u>23.565</u>	<u>3.083</u>	<u>2.473</u>

Pomifrai Fruticultura S.A.

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A. com a finalidade de viabilizar suas operações. Nessas operações, não há cobrança de encargos financeiros sobre o saldo, bem como, não foi firmado prazo para liquidação dessas obrigações. Referidas movimentações são eliminadas para fins de consolidação.

Débitos com acionistas e mútuos com diretores

Débitos com acionistas

Em 6 de junho de 2016 foi homologado o aumento de capital da Companhia. Com isso, o saldo atualizado do empréstimo devido pela Companhia, ao acionista controlador, naquela data, no valor de R\$8.272 foi integralmente convertido em capital social.

Posteriormente, ao longo do exercício de 2016, foram celebrados contratos de mútuo com o acionista controlador, totalizando o montante de R\$2.932. Referido montante está sendo atualizado com juros equivalente a 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Mútuos com diretores

Notas Explicativas

Refere-se a mútuo temporário obtido com diretores da Companhia, em virtude de dificuldades de caixa, para o pagamento de obrigações correntes. Referido mútuo não possui cláusulas de atualização monetária, e deverá ser ressarcido aos credores ao longo do exercício corrente.

Outras prestações de serviços

Em janeiro de 2017 a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços junto à assessoria jurídica Sampaio, Katalan e Lazzareschi Advogados Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto, sendo que um dos sócios desta empresa é membro do Conselho de administração da Companhia. Referido contrato, tem como objeto a prestação de serviços de consultoria jurídica no acompanhamento das 2 (duas) arbitragens instituídas pela Companhia perante a CAM – Câmara de Arbitragem do Mercado (BM&FBOVESPA), e seus honorários totalizam R\$4.000,00 (quatro mil reais) por mês, valor a ser corrigido monetariamente de acordo com a variação positiva do IGP-M/FGV.

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16
<u>Circulante</u>				
Arrendamentos a pagar	626	823	857	1.017
Processos a Pagar	189	266	189	266
Litígio CAM	236	236	79	236
Outros	1.355	863	1.355	873
	<u>2.406</u>	<u>2.188</u>	<u>2.480</u>	<u>2.392</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16
<u>Não Circulante</u>				
Valores a restituir a terceiros	4.000	4.000	7.540	7.540
Arrendamentos a pagar	457	457	3.489	3.516
	<u>4.457</u>	<u>4.457</u>	<u>11.029</u>	<u>11.056</u>

21. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16
Contingências trabalhistas	213	148	217	169
Contingências cíveis	184	184	455	365
Contingências tributárias	653	654	654	655
	<u>1.050</u>	<u>986</u>	<u>1.326</u>	<u>1.189</u>

21.1. Contingências trabalhistas

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos.

<u>Contingências Trabalhistas</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/16	(148)	(169)
Constituição	148	18
Reversões	(213)	(66)
Saldo em 31/03/17	<u>(213)</u>	<u>(217)</u>

Em 31 de março de 2017, a controladora é parte em 28 ações trabalhistas (05 ações com probabilidade de perda provável, 13 possíveis e 05 remotas), acrescida de 02 ações trabalhistas na controlada (01 possíveis e 01 remota), cujas obrigações estimadas apresentaram acima.

21.2. Contingências cíveis

<u>Contingências Cíveis</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/16	(184)	(365)
Constituição	-	114
Reversões	-	(204)
Saldo em 31/03/17	<u>(184)</u>	<u>(455)</u>

Em 31 de março de 2017, a controladora é parte em 36 ações cíveis, sendo que em 15 ações figura como autora (3 possíveis, 12 remotas), e 20 ações como réu (15 possíveis, 3 remotas, 2 provável), acrescida de 14 ações cíveis na controlada, sendo 7 ações que figura como autora (3 remotas, 1 possível, 3 prováveis) e 7 ações como réu (1 remota e 5 possível, 1 provável). Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta, ações judiciais da controladora e da controlada nos montantes de R\$184 e R\$45, respectivamente.

21.3. Contingências tributárias

Notas Explicativas

Contingências Tributárias	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/16	(654)	(655)
Constituição	1	1
Reversões	-	-
Saldo em 31/03/17	(653)	(654)

As provisões para contingências tributárias foram constituídas referente atuação da CVM e demais ações judiciais.

21.4. Provisão para garantia de preço mínimo de ações

Conforme fato relevante publicado em 29 de outubro de 2015, a Companhia instaurou formalmente “pedido de instauração de arbitragem”, contra os antigos administradores da Controlada, questionando os procedimentos adotados na incorporação das ações da Controlada pela Pomi Frutas, aprovado em 2010. O referido pedido questiona a regra que impunha a companhia obrigatoriedade de garantir cotação mínima no valor de R\$ 1,00 (um real) para cada uma das ações que foram entregues aos então acionistas da Controlada em virtude da operação de incorporação. Conservadoramente, e com base no posicionamento de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes dessa discussão.

22. PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16
INSS	1.398	1.589	2.634	1.353	1.447	1.633	2.637	1.368
FGTS	204	215	487	1.962	204	215	487	1.962
ICMS	51	51	334	343	52	51	334	343
IRRF	-	-	-	-	(3)	(3)	-	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	-	104	103	789	788
ISS/IPTU	49	40	181	-	49	40	181	-
Total	1.702	1.895	3.636	3.658	1.853	2.039	4.428	4.461

23. TRIBUTOS DIFERIDOS SOBRE REAVALIAÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	Longo Prazo		Longo Prazo	
	31/mar/17	31/dez/16	31/mar/17	31/dez/16
Impostos de Renda Diferido	2.558	2.559	6.573	6.655
Contribuição Social Diferido	929	930	2.374	2.405
Total	3.487	3.489	8.947	9.060

Notas Explicativas

Os valores são compostos por impostos diferidos registrados sobre a reserva de reavaliação realizada. A realização destes montantes ocorrerá com base na alienação ou depreciação dos bens mantidos no ativo imobilizado.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social (em R\$)

Em 06 de junho de 2016 foi ratificado o valor do Aumento de Capital, mediante a emissão de 2.848.723 de um total de 3.582.00 novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) por ação, totalizando o valor de R\$ 9.543.222,05, passando o capital social da Companhia de R\$ 133.173.480,00, representado por 9.093.745 para R\$ 142.651.584,75, representado por 11.942.468 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Com isso, deixaram de ser emitidas as demais ações não subscritas dentro do limite máximo do Aumento de Capital, em um total de 733.277ações não subscritas.

24.2. Reserva de reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29 de dezembro de 2006.

24.3. Reserva de lucros

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil.

24.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de março 2017 não houve provisão/distribuição de dividendos, uma vez que, a Companhia apresentou prejuízo no período.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Notas Explicativas

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

26. LUCRO BRUTO

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/mar/16	31/03/2017	31/03/2016
Venda de mercadorias	13.574	9.204	13.815	10.962
Venda de polpa	-	165	-	166
Venda de mercadorias - exportação	672	339	672	425
Venda de serviços	350	148	350	149
Receita bruta	14.596	9.856	14.838	11.702
Devoluções e abatimentos	(21)	(79)	(21)	(79)
Impostos	(420)	(297)	(420)	(298)
Deduções	(441)	(376)	(441)	(377)
RECEITA LÍQUIDA	14.155	9.480	14.397	11.325
Custo das mercadorias e serviços	(10.797)	(8.424)	(11.567)	(9.910)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	3.358	1.056	2.830	1.415

No 1º trimestre de 2017, a Companhia comercializou em torno de 9,4 toneladas (5,5 no 1º trimestre de 2016) com um preço médio em torno de R\$ 1,54/kg (R\$2,66/kg).

A safra 2015/2016 foi marcada por um inverno atípico, extremamente quente, seguido de um período intenso e longo de chuvas, reduzindo drasticamente o rendimento dos pomares (em consonância com a quebra verificada a nível nacional), e ocasionando maiores gastos para tratamento de preparação da Safra. Por outro lado, os preços no 1º trimestre de 2016 foram bem superiores aos praticados em 2017 justamente em razão da queda relevante comentada anteriormente.

27. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/mar/16	31/mar/17	31/mar/16
Despesas com pessoal	700	597	737	796
Serviço prestados	161	132	161	139
Fretes e carretos	92	24	92	24
Tributárias	33	52	58	81
Insumos e manutenção	32	55	42	61
Despesas com viagens	28	49	69	49
Outras	169	129	219	217
	<u>1.215</u>	<u>1.038</u>	<u>1.378</u>	<u>1.367</u>

28. DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/mar/16	31/mar/17	31/mar/16
Processos a pagar	(210)	-	(210)	-
Honorários advocatícios - Processos CAM	(122)	(83)	(122)	(83)
Honorários advocatícios - Processos PIS e COFINS	-	(92)	-	(92)
Reapresentação ITR 2015	-	(22)	-	(22)
Outros	(24)	(1)	(24)	(1)
	<u>(356)</u>	<u>(198)</u>	<u>(356)</u>	<u>(198)</u>

Referem-se, a gastos com reestruturação, custas judiciais, custos com a readquirição do quadro de pessoal e outras despesas, todas de caráter extraordinários, ou seja, não recorrentes.

29. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/mar/16	31/mar/17	31/mar/16
Reversão (constituição) de provisões com glosas	(69)	652	(41)	586
Constituição de provisão para contingências	-	(604)	(90)	(604)
Recuperação de tributos	-	172	-	172
Outras	25	14	18	31
	<u>(44)</u>	<u>234</u>	<u>(113)</u>	<u>185</u>

Notas Explicativas

30. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/17	31/mar/16	31/mar/17	31/mar/16
RESULTADO FINANCEIRO - PESA				
<u>Receitas Financeiras - PESA</u>				
Variações Monetária e juros CTN	859	978	2.909	2.493
	<u>859</u>	<u>978</u>	<u>2.909</u>	<u>2.493</u>
<u>Despesas Financeiras - PESA</u>				
Variações Monetária e juros PESA	(1.131)	(521)	(2.363)	(1.393)
	<u>(1.131)</u>	<u>(521)</u>	<u>(2.363)</u>	<u>(1.393)</u>
OUTROS RESULTADOS FINANCEIROS				
<u>Receitas Financeiras</u>				
Juros Ativos	319	9	320	16
Outras receitas financeiras	1	56	-	57
	<u>320</u>	<u>65</u>	<u>320</u>	<u>73</u>
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros e despesas c/ custeio	(541)	(783)	(1.152)	(1.897)
Juros Passivos	(265)	(353)	(316)	(268)
Despesas Descontos Duplicatas	(202)	(207)	(220)	(249)
Juros e Despesas sobre Financiamentos	(102)	(675)	(102)	(932)
Despesas Bancárias	(93)	(19)	(116)	(23)
Descontos Concedidos	(4)	(3)	-	(3)
Multas Contratuais	-	-	-	(41)
	<u>(1.206)</u>	<u>(2.040)</u>	<u>(1.905)</u>	<u>(3.413)</u>
Total Liquido	<u>(1.158)</u>	<u>(1.518)</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(2.240)</u>

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

30.1 Risco cambial

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

Aos Administradores e Acionistas da

POMI FRUTAS S.A.

Fraiburgo – SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da POMI FRUTAS S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Considerando que a Companhia e a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A., em suas operações normais, não vem gerando resultados suficientes para cobrir os custos de produção, as despesas comerciais administrativas e financeiras e as obrigações com terceiros, gerando prejuízos consecutivos desde o exercício de 2009, a continuidade das operações fica sujeita à redução de custos, captação de novos recursos financeiros, além de outras medidas administrativas que visem estabelecer um fluxo de caixa capaz de permitir o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia e sua Controlada. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Fraiburgo, 09 de maio de 2017.

Ricardo José Patine Filho

Sócio Diretor

CRC 1SP252050/O-9

Verdus Auditores Independentes

CRC 2SP027296/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não há

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, os Diretores da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de março de 2017 da Pomi Frutas S/A; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independente relativo às demonstrações financeiras consolidadas acima referidas, exceto em relação a ressalva sobre as demonstrações contábeis: A Companhia possui aplicação financeira em títulos públicos para fazer face aos financiamentos do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, os quais estão contabilizados e apresentados por valores futuros, que são superiores aos correspondentes a sua atualização monetária nesta data e também não foi calculada a provisão para perdas ao valor de mercado.

Composição da Diretoria

Marcos Kassardjian Diretor

Luis Antonio Lopez Quintañs Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Senhores Acionistas,

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, os Diretores da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de março de 2017 da Pomi Frutas S/A; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independente relativo às demonstrações financeiras consolidadas acima referidas, exceto em relação a ressalva: A Companhia possui aplicação financeira em títulos públicos para fazer face aos financiamentos do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, os quais estão contabilizados e apresentados por valores futuros, que são superiores aos correspondentes a sua atualização monetária nesta data e também não foi calculada a provisão para perdas ao valor de mercado.

Marcos Kassardjian Diretor

Luis Antonio Lopez Quintañs Diretor de Relações com Investidores

Miranda Joana Comerlatto Contadora / CRC 026972/O-0

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Inclusão dados históricos DMPL.